

# Senado reabre com MDB prometendo luta

\* 1 MAR 1977

JORNAL DE BRASÍLIA

Na sessão legislativa que se instala hoje à tarde, a bancada do MDB no Senado pretende nortear sua atuação, a partir de cinco pontos básicos: 1) normalização institucional; 2) novo modelo econômico; 3) correção dos desníveis salariais; 4) combate ao colonialismo cultural e à censura; 5) defesa intransigente, contra pressões externas, do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Sem admitir reformas constitucionais casuísticas, como, por exemplo, eleições indiretas para os governos estaduais em 1978, dirigentes opositoristas aguardam o projeto político anunciado pelo Governo. Recordam que na campanha municipal, no ano passado, o presidente Geisel pediu o apoio popular para que pudesse desenvolver o processo político. E obteve o apoio, com a vitória da Arena.

Argumentam os senadores do MDB que, passados 13 anos da Revolução de março de 1964, a normalização constitucional constitui, hoje, a grande preocupação de todos os brasileiros. É reclamada por juristas, professores, empresários, assalariados, estudantes, militares e religiosos. Uma prova disto é o documento divulgado na semana passada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, quanto às exigências cristãs na ação política.

Outra preocupação do MDB, no campo político, é relativa ao exercício da função fiscalizadora. A propósito, durante o receso parlamentar, os representantes do partido que permaneceram em Brasília tiveram numerosos contatos com ministros do Tribunal de Contas da União, buscando o encontro de uma fórmula capaz de fixar um

melhor processo de fiscalização dos atos do Poder Executivo, quer os da administração direta, quer os da administração indireta.

Embora venha encontrando dificuldades, uma vez que são necessárias 22 assinaturas, e o partido, no Senado, tem apenas 20, o MDB não desistiu da Comissão Parlamentar de Inquérito para um estudo do fenômeno da corrupção. Alega que esta CPI, conduzida sem caráter negativo ou demagógico, prestaria um grande serviço ao país e ao próprio Governo. Quer saber se há e qual a extensão, que vai desde as denúncias de suborno da Lockheed e Boeing, no plano internacional, às irregularidades constatadas pelo Tribunal de Contas da União e o noticiário da imprensa envolvendo a atividade de governadores a respeito da aplicação de verbas federais e estaduais.

No campo econômico, a defesa de um novo modelo de desenvolvimento, no qual haja predominância do mercado interno sobre as exportações, e das alternativas que propôs, no ano passado, com base em estudos de cientistas, professores universitários e técnicos, para a superação do problema energético. Especialmente, o desenvolvimento da política nacional do álcool.

Ligado a este ponto, por sua gravidade, o combate a uma das medidas adotadas pelo Governo no tocante à economia do petróleo — o chamado empréstimo restituível. Dizem os senadores opositoristas que, ao lado de providências que receberam o apoio geral, como o limite da velocidade nas estradas a 80 km por hora e a interdição dos centros das cidades e veículos particulares,

houve uma que teve a recusa formal de grandes setores da população: a taxa de Cr\$ 2,00 por litro de gasolina.

Durante a discussão do decreto-lei que instituiu o empréstimo restituível, o MDB pretende demonstrar sua inconstitucionalidade sobre dois aspectos: 1) contraria o princípio da anualidade; só poderia vigorar a partir de 1978; 2) institui a bitributação, uma vez que o consumidor já paga o Imposto Único sobre Combustível.

No campo social, tendo em vista a aproximação da data do 1º, de maio, que deverá fixar um novo mínimo, o partido voltará a insistir que os desníveis salariais do país estão se agravando. A diferença entre o menor e o maior salário — índice social de desenvolvimento — está assumindo o caráter de verdadeira catástrofe. Assim é preciso pôr fim ao que chama de "acabamento salarial".

Combatendo o colonialismo cultural e a censura, focalizará o manifesto assinado por mais de mil intelectuais, defendendo as manifestações artísticas nacionais contra a invasão dos "enlatados" estrangeiros. Entende que a atuação "desordenada" da Censura está contendo e matando a atividade artística brasileira, quando todos reconhecem a necessidade de uma autêntica cultura nacional.

Sobre o problema nuclear, o MDB diz que há hoje uma pressão aberta para evitar que sejam executados os termos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Por unanimidade, a oposição se definiu na defesa do acordo, apoiando o governo Geisel na conquista do átomo para fins pacíficos.